



# **PROSPETO DE ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLETIVO (OIC) /FUNDO**

## **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DO MERCADO MONETÁRIO CA MONETÁRIO**

19 de fevereiro de 2018  
(última atualização)

A autorização do organismo de investimento coletivo pela CMVM baseia-se em critérios de legalidade, não envolvendo por parte desta qualquer garantia quanto à suficiência, à veracidade, à objetividade ou à atualidade da informação prestada pela entidade responsável pela gestão no regulamento de gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do organismo de investimento coletivo.

## **PARTE I**

### **REGULAMENTO DE GESTÃO DO OIC**

#### **CAPÍTULO I**

#### **INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O OIC, A ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E OUTRAS ENTIDADES**

##### **1. O OIC**

1. A denominação do OIC é “Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário CA MONETÁRIO”, adiante designado por OIC.
2. O OIC constituiu-se como FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DO MERCADO MONETÁRIO.
3. A constituição do OIC foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 26 de Setembro de 2008 por tempo indeterminado e iniciou a sua atividade em 6 de Outubro de 2008.
4. A data da última atualização do Prospeto foi a 19 de fevereiro de 2018.
5. O OIC registava 6.962 participantes em 31 de dezembro de 2017.

##### **2. A Entidade responsável pela gestão**

- a) O OIC é administrado pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede na avenida da República, nº 25 – 5ªA, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o nº único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.
- b) A entidade responsável pela gestão é uma Sociedade Anónima, cujo capital social, inteiramente realizado, é de 1.000.000 Euros.
- c) A entidade responsável pela gestão constituiu-se em 14 de abril de 1989, iniciou a atividade em 1 de junho de 1989 e encontra-se registada, em julho de 1991, como intermediário financeiro na CMVM.
- d) São obrigações e funções da entidade responsável pela gestão, além de outras que lhe sejam cometidas pela lei, as seguintes:
  - Gerir o investimento, praticando os atos e operações necessários à boa concretização da política de investimentos, em especial:
    - i. A gestão do património, incluindo a seleção, aquisição e alienação dos ativos, cumprindo as formalidades necessárias para a sua válida e regular transmissão e o exercício dos direitos relacionados com os mesmos;
    - ii. A gestão do risco associado ao investimento, incluindo a sua identificação, avaliação e acompanhamento.
  - Administrar o OIC, em especial:
    - i. Prestar os serviços jurídicos e de contabilidade necessários à gestão do OIC, sem prejuízo da legislação específica aplicável a estas atividades;
    - ii. Esclarecer e analisar as questões e reclamações dos participantes;
    - iii. Avaliar a carteira e determinar o valor das unidades de participação e emitir declarações fiscais;
    - iv. Cumprir e controlar a observância das normas aplicáveis, dos documentos constitutivos do OIC e dos contratos celebrados no âmbito da atividade do mesmo;
    - v. Proceder ao registo dos participantes, caso aplicável;
    - vi. Emitir, resgatar ou reembolsar unidades de participação;
    - vii. Efetuar os procedimentos de liquidação e compensação, incluindo o envio de certificados;
    - viii. Registrar e conservar os documentos.
- e) A entidade gestora responde, perante os participantes, pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso dos deveres legais e regulamentares aplicáveis e das obrigações decorrentes dos documentos constitutivos dos organismos de investimento coletivo.
- f) A substituição da entidade gestora está sujeita a autorização da CMVM, desde que os interesses dos participantes e o regular funcionamento do mercado não sejam afetados.

### 3. Entidades Subcontratadas

A entidade responsável pela gestão poderá recorrer a entidades subcontratadas, conforme previsto no Capítulo II, ponto 3.2 g) II) do presente Regulamento de Gestão.

### 4. O Depositário

- a) A entidade depositária dos valores mobiliários do OIC é a CAIXA CENTRAL – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., adiante designado por Depositário, com sede na Rua Castilho, número 233/233-A, em Lisboa, registado na CMVM como intermediário financeiro desde 18 de Novembro de 1995.
- b) Compete, designadamente, ao depositário:
  - 1) Cumprir a lei, os regulamentos, os documentos constitutivos do OIC e os contratos celebrados no âmbito do OIC;
  - 2) Guardar os ativos do OIC;
  - 3) Receber em depósito ou inscrever em registo os ativos do OIA;
  - 4) Executar as instruções da entidade responsável pela gestão, salvo se forem contrárias à legislação aplicável e aos documentos constitutivos;
  - 5) Assegurar que nas operações relativas aos ativos que integram o OIA a contrapartida lhe é entregue nos prazos conformes à prática do mercado;
  - 6) Verificar a conformidade da situação e de todas as operações sobre os ativos do OIA com a lei, os regulamentos e os documentos constitutivos;
  - 7) Pagar aos Participantes os rendimentos das unidades de participação e o valor do resgate, reembolso ou produto da liquidação;
  - 8) Elaborar e manter atualizada a relação cronológica de todas as operações realizadas para o OIA;
  - 9) Elaborar mensalmente o inventário discriminado dos valores à sua guarda e dos passivos do OIA;
  - 10) Fiscalizar e garantir perante os Participantes o cumprimento da lei, dos regulamentos e dos documentos constitutivos do OIC, designadamente no que se refere:
    - i) À política de investimentos;
    - ii) À política de distribuição dos rendimentos;
    - iii) Ao cálculo do valor, à emissão, ao resgate, reembolso e cancelamento de registo das unidades de participação;
    - iv) À matéria de conflito de interesses;
  - 11) Enviar anualmente à CMVM um relatório sobre a fiscalização desenvolvida, nos termos definidos em regulamento da CMVM;
  - 12) Informar imediatamente a entidade responsável pela gestão da alteração dos membros do órgão de administração.
- c) A substituição da Entidade Depositária depende de autorização da CMVM e as funções do Depositário só cessam quando as funções do novo Depositário se iniciarem.
- d) O depositário de OICVM estabelecido em Portugal é responsável, nos termos gerais, perante a entidade responsável pela gestão e os participantes por qualquer prejuízo por eles sofrido em resultado do incumprimento das suas obrigações.
- e) A responsabilidade do depositário não é afetada pelo facto de, com o acordo da entidade responsável pela gestão e mediante contrato escrito, confiar a um terceiro a totalidade ou parte dos instrumentos financeiros à sua guarda.

### 5. As Entidades Comercializadoras

As entidades responsáveis pela colocação das unidades de participação do OIC junto dos investidores são:

- ✓ A Caixa Central -CAIXA CENTRAL – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., através dos seus balcões e dos balcões das com sede na Rua Castilho, número 233/233-A, em Lisboa,
- ✓ Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas da CAIXA CENTRAL, que agirão por conta e em nome daquela, enquanto seus Agentes.

O OIC é comercializado em todos os balcões da CAIXA CENTRAL – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo., através da banca telefónica, para os clientes da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo que tenham aderido a este serviço. O OIC é comercializado em todos os balcões da CAIXA CENTRAL – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., e aos balcões das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo mencionadas na alínea anterior, as quais atuam por conta e sob orientação da CAIXA CENTRAL, enquanto seus Agentes, bem como através do serviço de Internet Banking, no site [www.creditoagricola.pt](http://www.creditoagricola.pt).

## **CAPÍTULO II**

### **POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÓNIO DO ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLECTIVO / POLÍTICA DE RENDIMENTOS**

#### **1. Política de investimento do organismo de investimento coletivo (OIC)**

##### **1.1. Política de investimento**

A política de investimento do OIC visa garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco.

O OIC poderá investir em:

- a) Instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários de qualidade elevada, todos denominados em euros;
- b) Unidades de participação denominadas em Euros de OICVM do mercado monetário e de OICVM do mercado monetário de curto prazo, que invistam exclusivamente em ativos denominados em Euros ou que procedam sistematicamente á cobertura do risco cambial.

A qualidade elevada dos ativos suscetíveis de integrar a carteira do OIC é determinada pela entidade responsável pela gestão em função, nomeadamente dos seguintes critérios:

1. Risco de crédito dos instrumentos do mercado monetário aferido com base numa avaliação fundamentada de risco;
2. Natureza da classe de ativos dos instrumentos do mercado monetário;
3. Risco operacional e risco de contraparte associados ao investimento em produtos financeiros estruturados;
4. Perfil de liquidez do instrumento do mercado monetário;
5. Situação financeira da instituição de crédito que recebe o depósito;
6. Sujeição da instituição de crédito que recebe o depósito a um regime de supervisão prudencial na União Europeia ou de grau de exigência equivalente.

##### **1.2. Mercados**

O OIC será constituído por depósitos bancários constituídos junto de Instituições bancárias sujeitas à supervisão das autoridades da União Europeia e por instrumentos do mercado monetário transacionados em mercado regulamentado de qualquer país da União Europeia ou que, não estando admitidos à negociação em mercado regulamentado, sejam emitidos por entidades com sede em países da União Europeia e em cujas transações a contraparte seja uma instituição financeira sujeita à supervisão das autoridades da União Europeia.

##### **1.3. Benchmark**

O OIC não se encontra referenciado a nenhum índice do mercado monetário ou de capitais.

##### **1.4. Política de execução de operações e política de transmissão de ordens**

- a) Na execução de operações sobre instrumentos financeiros por conta do OIC a entidade responsável pela gestão procurará obter a melhor execução possível, adotando todas as medidas razoáveis para aferir da mesma considerando o preço do instrumento financeiro, os custos de transação, os prazos e a probabilidade de execução e de liquidação ou qualquer outro fator relevante.
- b) Na determinação da importância relativa ou hierarquização dos fatores relevantes, a entidade responsável pela gestão terá em consideração os seguintes critérios: objetivos e características da operação, política de investimento e nível de risco do OIC, características dos instrumentos financeiros objeto da operação e características dos locais de execução da operação.
- c) A entidade responsável pela gestão, quando transmite as ordens a um intermediário financeiro, pondera os fatores e critérios acima definidos bem como a natureza do instrumento financeiro em causa, tendo como objetivo obter a melhor execução possível para o OIC.
- d) A política de execução de operações e de transmissão de ordens estará disponível para qualquer participante que a solicite

### 1.5. Limites legais ao investimento

- a) A maturidade média ponderada ajustada da carteira do OICVM do mercado monetário é igual ou inferior a seis meses. A maturidade média ponderada ajustada traduz o tempo médio até à maturidade dos ativos do OICVM, ponderado pelos respetivos pesos relativos na carteira, considerando que, no caso de ativos submetidos a ajustamentos periódicos de rentabilidade em função das condições do mercado monetário, a maturidade corresponde ao período de tempo remanescente até ao ajustamento periódico subsequente da rentabilidade de cada ativos;
- b) A maturidade residual média ponderada da carteira do OICVM do mercado monetário é igual ou inferior a 12 meses. A maturidade residual média ponderada traduz o tempo médio até à maturidade de todos os ativos do OIC, ponderado pelos respetivos pesos relativos na sua carteira;
- c) Os ativos em que o OIC poderá investir apresentarão uma maturidade residual igual ou inferior a dois anos e são submetidos a ajustamentos periódicos de rentabilidade em função das condições do mercado monetário, pelo menos, uma vez em cada 397 dias;
- d) O OIC não poderá investir, direta ou indiretamente, em ações e mercadorias;
- e) O OIC não poderá investir mais de 10% do seu valor líquido global em instrumentos financeiros emitidos por uma mesma entidade, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes;
- f) O conjunto dos instrumentos financeiros que, por emitente, representem mais de 5% do valor líquido global do OIC, não pode ultrapassar 40% deste valor;
- g) O limite referido na alínea anterior não é aplicável a depósitos e a transações sobre instrumentos financeiros derivados realizados fora do mercado regulamentado quando a contraparte for uma instituição sujeita a supervisão prudencial;
- h) O limite referido em c) é elevado para 35% no caso de instrumentos financeiros emitidos ou garantidos por um Estado membro da União Europeia, pelas suas autoridades locais ou regionais, por um terceiro Estado ou por instituições internacionais de carácter público a que pertençam um ou mais Estados da União Europeia;
- i) O limite referido em c) é elevado para 25% no caso de obrigações hipotecárias emitidas por uma instituição de crédito sediada num Estado membro da União Europeia, podendo o investimento neste tipo de ativos atingir o máximo de 80% do valor líquido global do OICVM desde que essa possibilidade esteja expressamente prevista nos documentos constitutivos;
- j) Das condições de emissão das obrigações referidas em g) tem de resultar, nomeadamente, que o valor por elas representado está garantido por ativos que cubram completamente, até ao vencimento das obrigações, os compromissos daí decorrentes e que sejam afetados por privilégio ao reembolso do capital e ao pagamento dos juros devidos em caso de incumprimento do emitente;
- k) Sem prejuízo do disposto em f) e g), o Fundo não pode acumular um valor superior a 20% do seu valor líquido global em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário, depósitos e exposição a instrumentos financeiros derivados fora do mercado regulamentado junto da mesma entidade;
- l) Até ao limite de 10%, o Fundo poderá investir em valores mobiliários recentemente emitidos, cujas condições de emissão incluam o compromisso de que será apresentado o pedido de admissão à negociação num dos mercados referidos na alínea a) do nº1 do artigo 172º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei 16/2015, de 24 de Fevereiro e desde que tal admissão seja obtida o mais tardar antes de um ano a contar da data de emissão;
- m) Os limites previstos em c) a g) não podem ser acumulados;
- n) Os instrumentos financeiros referidos em f) e g) não são considerados para aplicação do limite de 40% estabelecido em d);
- o) O Fundo pode investir até 10% do seu valor líquido global em instrumentos financeiros e mercados diferentes dos referidos no nº1 do artigo 172º do Lei 16/2015, de 24 de Fevereiro;
- p) O OIC não pode investir mais de 20% do seu valor líquido global em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos por entidades que se encontrem em relação de grupo;
- q) O OIC não poderá investir mais de:
  - a. 10% das obrigações de um mesmo emitente;
  - b. 20% das unidades de participação de um mesmo OIC, nos termos previstos no ponto 1.1 deste prospeto;
  - c. 10% dos instrumentos do mercado monetário de um mesmo emitente.
- r) A entidade responsável pela gestão pode contrair empréstimos por conta do OIC, com a duração máxima de 120 dias, seguidos ou interpolados, num período de um ano e até ao limite de 10% do valor líquido global do OIC, sem prejuízo da utilização de técnicas de gestão relativas a empréstimo e reporte de valores mobiliários.

## 1.6. Características especiais do OIC

Trata-se de um OIC do Mercado Monetário, pelo que só poderá investir em instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários de qualidade elevada, Unidades de participação de OICVM do mercado monetário e de OICVM do mercado monetário de curto prazo.

### Risco de liquidez

Não tem liquidez imediata. Em caso de resgate o valor de liquidação poderá ser creditado até 2 dias após a data a que se refere o pedido de resgate.

### Risco de capital

O valor resgatado pode ser inferior ao valor subscrito.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é limitado, pelo facto de investir maioritariamente em instrumentos do mercado monetário e depósitos, com maturidade residual inferior a 12 meses, mas a variação das taxas de juro poderá afetar a rentabilidade dos participantes

### Risco de endividamento.

Este risco poderá existir caso a Entidade responsável pela gestão entenda contrair empréstimos por conta do OIC, estando no entanto limitado a 10% do seu Valor Líquido Global.

### Risco de Crédito

O OIC está sujeito ao risco de não cumprimento integral das responsabilidades dos emitentes dos ativos que integram a carteira quanto ao pagamento do capital e dos juros.

O OIC investirá exclusivamente em ativos denominados em Euros.

## 2. Derivados, Empréstimos e Reportes

### 2.1. Instrumentos Financeiros Derivados

O OIC não investirá diretamente em instrumentos financeiros derivados.

### 2.2. Empréstimos e Reportes

- a) A entidade responsável pela gestão do FUNDO poderá recorrer a operações de empréstimo e de reporte, incluindo reporte inverso, sobre os títulos (ações e obrigações) que tenha em carteira desde que:
  - i. se verifiquem as seguintes condições:
    - a. O risco inerente ao qual o FUNDO se encontra sujeito é o da contraparte da operação entrar em incumprimento impossibilitando o fecho da operação acordada;
    - b. Não se prevejam quaisquer conflitos de interesse;
    - c. Todos os custos, diretos ou indiretos, resultantes destas operações, são suportados pelo Fundo;
    - d. Só serão admissíveis para garantia destas operações, instrumentos de mercado monetário e numerário. O grau de cobertura variará de acordo com o tipo de ativos, tendo um mínimo de 102%. Sempre que se verificar uma variação de 10% ou mais no valor de uma ação, e /ou conjunto de ações, objeto deste tipo de operações e de 2% ou mais no valor de uma obrigação que tenha sido objeto deste tipo de operações, a garantia deverá ser reforçada pela contraparte. No caso de desvalorização dos ativos alvo destas operações, não haverá lugar a ajustamento de garantias. O reinvestimento das garantias recebidas em numerário deverá ser feito em Instrumentos de Mercado Monetário de duração inferior ao prazo da operação contratada; e,
  - ii. Obedeçam aos seguintes requisitos:
    - a. Tenham como contraparte instituições de crédito nos termos previstos nos artigos 172º, nº 1, alínea d) da Lei 16/2015 de 24 de fevereiro, sociedades gestoras de mercados regulamentados, de sistemas de negociação multilateral, de sistemas de compensação ou de sistemas de liquidação;
    - b. Nas operações de empréstimo e de reporte não garantidas pela existência de uma contraparte central, os ativos recebidos pelo FUNDO a título de garantia representam, após aplicação

- eventual de ajustamentos (haircuts), a todo o momento, um mínimo de 100% do justo valor dos ativos cedidos pelo FUNDO;
- c. Os ativos recebidos pelo FUNDO a título de garantia deverão ser suficientemente diversificados, em termos de país, mercados e emitentes, entendendo para o efeito como sendo suficientemente diversificados, em termos de emitentes, os ativos cuja exposição máxima a um emitente não exceda 20% do valor líquido global do FUNDO;
  - d. Os ativos recebidos a título de garantia pelo FUNDO que não assumam a forma de numerário não podem ser alienados, reinvestidos ou cedidos em garantia;
  - e. As garantias prestadas a favor do FUNDO serão depositadas, quando houver transferência da titularidade, junto do depositário do FUNDO; e nos restantes casos junto do depositário do FUNDO ou de uma entidade sujeita a supervisão prudencial não relacionada com o prestador da garantia.

### **3. Valorização dos ativos**

#### **3.1 Momento de referência da valorização**

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente, nos dias úteis, e determina-se pela divisão do valor líquido global do organismo de investimento coletivo pelo número de unidades de participação em circulação.
- b) O valor líquido global do organismo de investimento coletivo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
- c) O valor do organismo de investimento coletivo é apurado com referência às 17 horas (hora de Portugal Continental) de cada dia útil.
- d) Para a determinação do valor do OIC, concorrem todas as subscrições e resgates do dia, bem como todas as operações realizadas, desde que as respectivas confirmações se verifiquem até ao momento de referência da valorização.

#### **3.2 Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP**

- a) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- b) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- c) Caso os instrumentos financeiros se encontrem negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na sua avaliação reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
- d) Caso os preços praticados em mercado regulamentado não sejam considerados representativos, são aplicados os preços resultantes da aplicação de critérios referidos na alínea f) mediante autorização da CMVM no que respeita a instrumentos financeiros não representativos de dívida.
- e) Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:
  - i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
  - ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
  - iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.
- f) Os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a instrumentos

financeiros não negociados em mercado regulamentado para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

- g) A valorização de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados não negociados em mercados regulamentados será feita considerando toda a informação relevante sobre o emitente, as condições de mercado vigentes no momento de referência da avaliação e tendo em conta o justo valor desses instrumentos. Para esse efeito, a entidade responsável pela gestão adota os seguintes critérios:
- I. o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas, desde que:
    - i. As entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código de Valores Mobiliários;
    - ii. As médias mencionadas não incluam valores resultantes de ofertas das entidades na subalínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos;
  - II. modelos teóricos de avaliação, que a entidade responsável pela gestão considere mais apropriados atendendo às características dos instrumentos financeiros, independentes, utilizados e reconhecidos nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- h) Em derrogação do disposto na alínea b), as unidades de participação de organismos de investimento coletivo são avaliadas ao último valor divulgado ao mercado pela respetiva entidade responsável pela gestão desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação nos termos do disposto na alínea e) supra.

#### 4. Exercício de Direitos de Voto

Não aplicável porque o OIC não investe em ações nem qualquer outro valor mobiliário que confira direitos de voto.

#### 5. Comissões e encargos a suportar pelo OIC

Tabela de Encargos Correntes (TEC) do OIC

Encargos	Valor (Euros)	%VGLF
Comissão de gestão fixa	285.326	0,18%
Comissão de depósito	74.754	0,05%
Taxa de supervisão	12.016	0,01%
Custos de auditoria	12.286	0,01%
Outros encargos correntes	2.594	0,00%
<b>TOTAL (Valor)</b>	<b>386.975</b>	<b>0,25%</b>
<b>Taxa de Encargos Correntes</b>	<b>384.381</b>	<b>0,25%</b>

Tabela de custos imputáveis, conforme previsto no regulamento de gestão, diretamente ao OIC e participantes

<b>Custos</b>	<b>% da comissão</b>
<b>Imputáveis diretamente ao participante</b>	
Encargos de subscrição	0%
Encargos de resgate	0%
<b>Imputáveis diretamente ao OIC</b>	
Comissão de gestão	
Componente fixa	Não aplicável.
Componente variável	Parcela da valorização do OIC que exceda uma rentabilidade anualizada de 0,085% com um máximo correspondente a 0,20% do valor global do fundo líquido de impostos e restantes encargos.
Comissão de depósito	0,05% ano, calculada sobre o valor do património do OIC e cobrada mensalmente.
Taxa de supervisão	0,0067 por mil ao ano, calculada diariamente sobre o seu valor global líquido, cobrada mensalmente.
Outros custos	Não aplicável

### 5.1 Comissão de gestão

Pelo exercício da sua atividade, a entidade responsável pela gestão receberá do OIC uma comissão variável anual, calculada diariamente, com base nos seguintes critérios:

- A comissão variável só é devida caso a rentabilidade anualizada líquida de comissões de depósito, taxa de supervisão e impostos for superior ao 0,085%.
  - A comissão variável imputada ao Fundo corresponderá à totalidade da parcela da valorização do OIC que exceder aquele valor.
  - O valor da comissão variável imputado diariamente ao OIC não poderá ser superior ao que resultar da aplicação de uma taxa anual nominal de 0,20% ao valor global do fundo líquido de impostos e restantes encargos.
- A comissão variável é liquidada anualmente, no final do ano a que se refere.

### 5.2 Comissão de depósito

Para remunerar os seus serviços, o depositário receberá do OIC uma comissão de 0,05 por cento ao ano, calculada diariamente sobre o valor do património do OIC, ou seja o valor líquido global do OIC antes das comissões de gestão e de depósito, e cobrada mensalmente.

### 5.3 Outros encargos

O OIC suporta uma taxa de supervisão de 0,0067 por mil ao ano, calculada diariamente sobre o seu valor global líquido, cobrada mensalmente pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com base no valor líquido global do último dia do mês.

Constituem igualmente encargos do OIC todas as despesas relativas aos custos de transações dos ativos do OIC, bem como os custos resultantes de auditorias exigidas por lei ou regulamento.

## 6. Política de Rendimentos

O OIC funciona em regime de capitalização, pelo que os proveitos líquidos das aplicações do OIC serão reinvestidos no mesmo, encontrando-se, a cada momento, refletidos no valor das unidades de participação.

## **CAPÍTULO III**

### **UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO, TRANSFERÊNCIA, RESGATE OU REEMBOLSO**

#### **1. Características gerais das unidades de participação**

##### **1.1. Definição**

O património do OIC é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

##### **1.2. Forma de representação**

As unidades de participação adotam a forma escritural, nominativas, e podem ser fracionadas até quatro casas decimais para efeitos de subscrição e de resgate.

#### **2. Valor da Unidade de Participação**

##### **2.1. Valor Inicial**

O valor da unidade de participação para efeitos da constituição é de 5 Euros.

##### **2.2. Valor para Efeitos de Subscrição**

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

##### **2.3. Valor para Efeitos de Resgate**

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

#### **3. Condições de subscrição e de resgate**

##### **3.1 Períodos de subscrição e resgate**

Os pedidos de subscrição e de resgate do OIC poderão ser efetuados em cada dia útil das 8.30 h às 16h presencialmente junto das entidades comercializadoras ou, através do serviço de Internet Banking, no site [www.creditoagricola.pt](http://www.creditoagricola.pt). Todos os pedidos que derem entrada depois das horas indicadas serão considerados como efetuados no dia útil seguinte a esse pedido.

##### **3.2 Subscrições e resgates em espécie ou numerário**

As subscrições e resgates são sempre em numerário.

#### **4. Condições de Subscrição**

##### **4.1 Mínimos de subscrição**

Cada subscrição, inicial ou seguinte, terá o valor mínimo de 25 (vinte e cinco) Euros.

##### **4.2. Comissões de Subscrição**

Não será cobrada qualquer comissão de subscrição.

##### **4.3. Data de subscrição efetiva**

A emissão da unidade de participação só se realiza quando a importância correspondente ao preço da emissão seja integrada no ativo do OIC, ou seja, no dia útil seguinte ao do pedido.

#### **5. Condições de Resgate**

##### **5.1. Comissões de Resgate**

Não será cobrada qualquer comissão de resgate.

O eventual aumento das comissões de resgate ou o agravamento das condições de cálculo das mesmas só se aplica às subscrições realizadas após a autorização de tais alterações pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

##### **5.2. Pré-aviso**

O prazo máximo para a liquidação dos resgates através de crédito em conta é de dois dias úteis após a data a que se refere o respetivo pedido.

## 6. Condições de suspensão das operações de subscrição e resgate das unidades de participação

A suspensão de operações de subscrição e de resgate rege-se pela lei e em especial pelas disposições seguintes:

- a) Esgotados os meios líquidos detidos pelo OIC e o recurso ao endividamento, nos termos legal e regulamentares estabelecidos, quando os pedidos de resgate de unidades de participação excederem num período não superior a cinco dias, em 10% do valor global do OIC, a entidade responsável pela gestão poderá mandar suspender as operações de resgate;
- b) A suspensão do resgate pelo motivo previsto na alínea a) não determina a suspensão simultânea da subscrição, podendo esta apenas efetuar-se após obtenção de declaração escrita do participante de que tomou prévio conhecimento da suspensão do resgate;
- c) Obtido o acordo do depositário, a entidade responsável pela gestão pode ainda suspender as operações de subscrição ou de resgate de unidades de participação estando em causa outras circunstâncias excecionais.
- d) A decisão tomada ao abrigo do disposto nas alíneas a) e c) é comunicada imediatamente à CMVM, indicando:
  - i. As circunstâncias excecionais em causa;
  - ii. Em que medida o interesse dos participantes a justifica; e
  - iii. A duração prevista para a suspensão e a fundamentação da mesma.
- e) Verificada a suspensão nos termos das alíneas anteriores, a entidade responsável pela gestão divulga de imediato um aviso, em todos os locais e meios utilizados para a comercialização e divulgação do valor das unidades de participação, indicando os motivos da suspensão e a sua duração;
- f) A CMVM pode determinar, nos dois dias seguintes à receção da comunicação referida na alínea d), o prazo aplicável à suspensão caso discorde da decisão da entidade responsável pela gestão.
- g) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte, a suspensão da subscrição ou do resgate não abrange os pedidos que tenham sido apresentados até ao fim do dia anterior ao da tomada de decisão.
- h) As operações de subscrição ou de resgates das unidades de participação do OIC podem igualmente ser suspensas por decisão da CMVM, no interesse dos participantes ou no interesse público, com efeitos imediatos, aplicando-se a todos os pedidos de subscrição e de resgate que no momento da notificação da CMVM à entidade responsável pela gestão não tenham sido satisfeitos.
- i) O disposto na alínea e) aplica-se, com as devidas adaptações, à suspensão determinada pela CMVM.

## 7. Admissão à negociação

Não se encontra prevista a admissão à cotação das unidades de participação do OIC em causa.

## CAPÍTULO IV DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES

- a) Sem prejuízo de outros direitos que lhes sejam conferidos pela lei ou por este Prospeco, os Participantes têm os seguintes direitos:
  - i) Obter, com suficiente antecedência relativamente à subscrição, o documento sucinto com as informações fundamentais destinadas aos investidores (IFI), qualquer que seja a modalidade de comercialização do OIC;
  - ii) Obter, num suporte duradouro ou através de um sítio na Internet, o prospeto e os relatórios e contas anual e semestral, gratuitamente, junto da entidade responsável pela gestão e das entidades comercializadoras, qualquer que seja a modalidade de comercialização do OIC, que serão facultados, gratuitamente, em papel aos participantes que o requeiram;
  - iii) Subscriver e resgatar as unidades de participação nos termos da lei e das condições dos documentos constitutivos do OIC.
  - iv) Proceder ao resgate das unidades de participação sem pagar a respetiva comissão até à entrada em vigor das condições, caso se verifique o aumento global das comissões de gestão e de depósito a suportar pelo OIC ou uma modificação significativa da política de investimentos ou da política de distribuição de rendimentos;
  - v) Receber o montante correspondente ao valor do resgate, do reembolso ou do produto da liquidação das Unidades de Participação;
  - vi) A ser ressarcidos pela entidade responsável pela gestão dos prejuízos sofridos sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhe seja reconhecido, nos termos gerais de direito, sempre que:

- I. Se verifique cumulativamente as seguintes condições, em consequência de erros imputáveis àquela ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação,
    - a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado e o valor efetivamente utilizado nas subscrições e resgates seja igual ou superior, em termos acumulados, a 0,2%;
    - o prejuízo sofrido, por participante, seja superior a 5 euros.
  - II. ocorram erros na imputação das operações de subscrição e resgate ao património do OIC, designadamente pelo intempestivo processamento das mesmas.
- b) Sem prejuízo de outras obrigações que lhes sejam cometidas pela lei, os Participantes com o ato de subscrição mandam a entidade responsável pela gestão para realizar os atos de administração do OIC, aceitando as condições dispostas nos documentos constitutivos do OIC.

## **CAPÍTULO V**

### **CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO DO ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLETIVO**

#### **1. Liquidação do OIC**

- a) Quando o interesse dos Participantes o recomendar, a entidade responsável pela gestão poderá proceder à liquidação e partilha do OIC, mediante comunicação à CMVM e individualmente a cada participante e divulgação em todos os locais e meios utilizados para a comercialização e no Sistema de Difusão de Informação da CMVM, contendo a indicação do prazo previsto para a conclusão do processo.
- b) A decisão de liquidação determina a imediata suspensão das subscrições e resgates do OIC.
- c) O prazo de liquidação será de 5 dias úteis, acrescido do prazo normal de resgate.
- d) Os participantes não poderão exigir a liquidação ou partilha do OIC.

## **PARTE II**

### **INFORMAÇÃO ADICIONAL EXIGIDA NOS TERMOS DO ANEXO II, ESQUEMA A, PREVISTO NO N.º 2 DO ARTIGO 158.º DO REGIME GERAL**

## **CAPÍTULO I**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E OUTRAS ENTIDADES**

#### **1. Outras Informações sobre a Entidade responsável pela gestão**

##### **1.1. Órgãos Sociais**

###### **Mesa da Assembleia Geral**

Presidente: Javier de la Parte Rodriguez  
Secretário: Paulo Jorge Antunes Marques

###### **Conselho de Administração**

Presidente: Iñigo Trincado Boville  
Vice-presidente: Emanuel Guilherme Louro da Silva  
*Vogais:* Nuno Manuel Mendes Serafim  
Rui Pedro Lopes Correia da Silva  
Mário Dúlio de Oliveira Negrão

###### **Fiscal Único**

**Efetivo:** Mazars & Associados, S.R.O.C., S.A., representado por Fernando Jorge Marques Vieira  
**Suplente:** Luís Filipe Soares Gaspar

**Principais funções exercidas pelos membros do Órgão de Administração fora da entidade responsável pela gestão****Iñigo Trincado Boville**

Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S.A. (CIMD, S.A.) – Presidente do Conselho de Administração  
Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S.V., S.A. (CIMD, S.V., S.A.) – Administrador (não Executivo)  
Intermoney Titulización, SGFT, S.A. – Administrador (não executivo)  
Intermoney, S.A. – Presidente do Conselho de Administração (não executivo)  
Intermoney Valora Consulting, S.A. – Presidente do Conselho de Administração (não executivo)  
Wind to Market, S.A. – Administrador (não executivo)  
Intermoney Gestión, S.G.I.I.C., S.A. - Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

**Emanuel Guilherme Louro da Silva**

Intermoney Valores, S.V., S.A. – Sucursal em Portugal – Diretor Geral  
Intermoney Valores, S.V., S.A. – Vice-Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

**Nuno Manuel Mendes Serafim**

Não exerce outras funções

**Rui Pedro Lopes Correia da Silva**

Não exerce outras funções

**Mário Dúlio de Oliveira Negrão**

Não exerce outras funções

**1.2. Relações de Grupo com as outras entidades**

Não existem relações de grupo com as restantes entidades que prestam serviço ao OIC.

**1.3. Outros fundos geridos pela entidade responsável pela gestão**

Para além do OIC a que o presente documento constitutivo se refere, a entidade responsável pela gestão gere ainda os outros fundos constantes no Anexo 2 deste Prospeto.

**1.4. Contatos para esclarecimento sobre quaisquer dúvidas relativas ao OIC**

Telefone: +351 211 209 100

E-mail: [imgainfo@grupocimd.com](mailto:imgainfo@grupocimd.com) ou  
[imga\\_apoioclientes@grupocimd.com](mailto:imga_apoioclientes@grupocimd.com)

Internet: [www.imga.pt](http://www.imga.pt)

**2. Consultores de Investimento**

O OIC não recorre a consultores de investimento.

**3. Auditor do OIC**

O Revisor Oficial de Contas do OIC é Ernst & Young Audit & Associados, SROC SA, com sede na Avenida da República 90 - 6º, 1600-206 Lisboa, registada na CMVM com o nº 20161480 e representada pelo Dr. António Filipe Dias da Fonseca Brás (ROC 1661), com telefone 217 912 000.

**4. Autoridade de Supervisão do OIC**

O OIC encontra-se sob a supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – CMVM, com sede na Avenida de Liberdade, nº 252, 1056-801 Lisboa, com telefone nº 21 317 7000, fax nº 21 353 7077 e endereço eletrónico [cmvm@cmvm.pt](mailto:cmvm@cmvm.pt)

**5. Política de Remuneração**

A Política de Remuneração da IMGA tem em conta os diferentes requisitos que, em matéria de remunerações, se estabelecem na normativa vigente, nomeadamente:

1. A sociedade conta com um sólido governo corporativo, pelo que, na elaboração das várias políticas e práticas retributivas intervêm diversos órgãos, direções, departamentos e unidades com responsabilidade nesta matéria;
2. Adicionalmente, a Sociedade dispõe de sistemas que permitem ajustar a retribuição variável, face a possíveis alterações de risco, de maneira a que não se possa alterar de forma material o perfil de risco da IMGA;
3. Por último, as políticas e práticas retributivas não colocam em perigo a sustentabilidade da Sociedade e do Grupo CIMD.

A política de remuneração a aplicar aos membros dos órgãos sociais é proposta pela Comissão de Remunerações e aprovada pela Assembleia Geral. Relativamente aos colaboradores da Sociedade, a política de remunerações é aprovada pelo Conselho de Administração.

Sem prejuízo das competências da Assembleia Geral em matéria de fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais e da definição das remunerações a aplicar ao quadro de pessoal da IMGA pelo Conselho de Administração, compete ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela fiscalização da implementação dos princípios gerais da política de remuneração.

Esses princípios gerais são os seguintes:

1. **Adequação ao mercado:** As práticas retributivas da IMGA enquadram-se num setor de atividade cujo modelo retributivo atribui um peso importante à componente variável de retribuição. Assim, a todo o momento, a política de remunerações da Sociedade deve estar alinhada com as práticas nacionais e internacionais do mercado com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos.
2. **Solidariedade:** Existe a orientação e observação do princípio de manter a solidariedade e equidade entre as diferentes estruturas da Sociedade, entendendo-se que as diferentes performances financeiras de cada estrutura não são de *per se* o único indicador válido para a distribuição da componente variável. Em termos individuais, deverá ser aplicado este princípio, reconhecendo-se os esforços dos colaboradores que contribuem para o bom funcionamento da Sociedade, embora a sua contribuição direta, em termos de objetivos quantitativos, não tenha sido a esperada.
3. **Evitar o conflito de interesses:** A IMGA e o Grupo CIMD estabeleceram como um dos objetivos da Política de Remunerações que esta sirva para uma correta gestão dos conflitos de interesse que se podem gerar entre as diferentes companhias do Grupo e os membros dos órgãos sociais e colaboradores que, no desempenho das suas atividades, estão em contato direto com clientes da Sociedade. Assim, a Política de Remunerações deverá evitar incentivar os beneficiários que favoreçam os seus próprios interesses em detrimento dos interesses dos clientes.
4. **Proporcionalidade:** A contribuição individual das performances atingidas por cada unidade de negócio é um aspeto prioritário no momento de se efetuar a repartição da componente variável. Este sistema pretende responder a uma estratégia participativa, atribuindo grande importância à capacidade de cada colaborador gerar negócio e rentabilidade para a estrutura em que se encontra integrado. No entanto, a vertente quantitativa do negócio será sempre conciliada com a avaliação do desempenho do colaborador, a qual tem também em linha de conta a componente qualitativa.

Os detalhes da Política de Remuneração encontram-se disponíveis em [www.imga.pt](http://www.imga.pt), sendo facultada gratuitamente uma cópia em papel, mediante pedido.

## CAPÍTULO II DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

### 1. Valor da Unidade de Participação

A Sociedade Gestora procede à divulgação do valor diário das unidades de participação nas suas instalações, a quem o solicitar, e ainda junto dos balcões, dos sítios da Internet e da banca telefónica das entidades comercializadoras.

O valor da unidade de participação do OIC será também diariamente divulgado no Sistema de Difusão de Informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).

## 2. Consulta da Carteira do OIC

Em harmonia com as normas emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a discriminação dos valores que integram o OIC, bem como o respetivo valor líquido global e o número de unidades de participação em circulação será publicado trimestralmente através do Sistema de Difusão de Informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) pela entidade responsável pela gestão.

## 3. Documentação do OIC

**Prospeto:** O Prospeto encontra-se disponível em todos os locais e meios de comercialização das entidades colocadoras e dos seus agentes bem como nos sites da entidade responsável pela gestão ([www.imga.pt](http://www.imga.pt)) e da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).

**Informação Fundamental Destinada ao Investidor:** Será entregue ao investidor com suficiente antecedência relativamente à subscrição proposta de unidades de participação de OIC e encontra-se disponível, bem como em todos os locais e meios de comercialização das entidades colocadoras e dos seus agentes bem como nos sites da entidade responsável pela gestão ([www.imga.pt](http://www.imga.pt)) e da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).

## 4. Contas do OIC

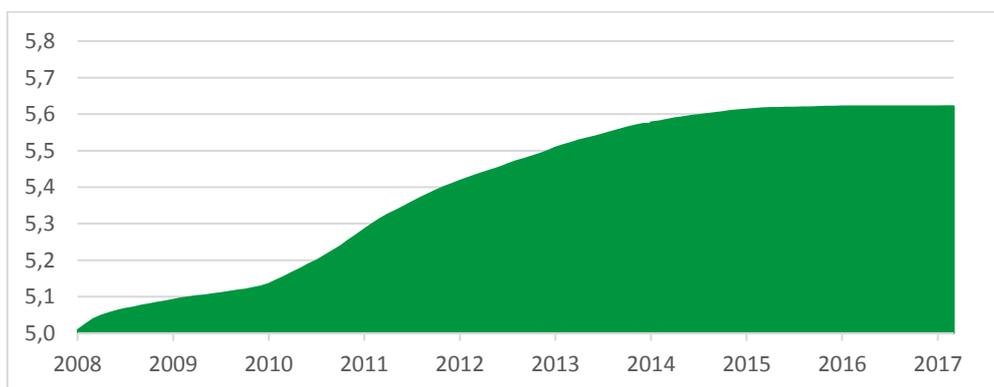
O OIC encerrará as suas contas no dia 31 de dezembro de cada ano, sendo no prazo de quatro meses seguintes a essa data publicado no Sistema de Difusão de informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) um aviso informando que o conjunto de documentos integrantes do Relatório e contas do OIC se encontram à disposição do público em todos os locais de comercialização.

As contas semestrais serão encerradas a 30 de junho de cada ano, sendo no prazo de dois meses seguintes a essa data, publicado no Sistema de Difusão de informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) um aviso informando que o conjunto de documentos integrantes do Relatório e contas do OIC se encontram à disposição do público em todos os locais de comercialização.

## CAPÍTULO III

### EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS RESULTADOS DO ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLETIVO

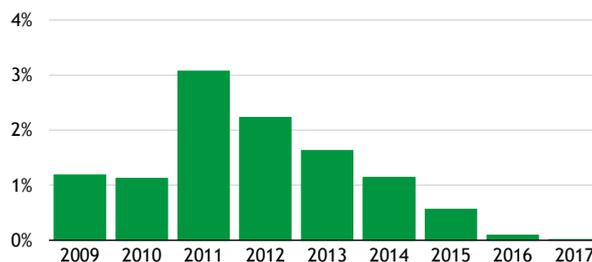
**Evolução do valor da U. P. (Desde o início de atividade)**



### Rentabilidade e Risco Históricos (Desde o início de atividade)

	Rentabilidade	Risco (nível)
2009	1,19%	1
2010	1,12%	1
2011	3,07%	1
2012	2,23%	1
2013	1,63%	1
2014	1,14%	1
2015	0,56%	1
2016	0,09%	1
2017	0,01%	1

Fonte: APFIPP

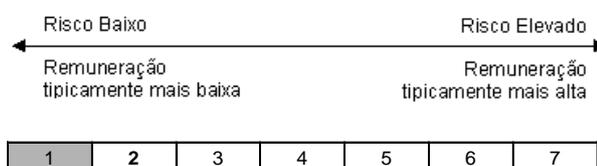


As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. Os níveis de risco divulgados representam dados passados, podendo aumentar ou diminuir no futuro de acordo com a escala de classificação que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

Os valores divulgados:

- não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas;
- são deduzidos da fiscalidade suportada pelo fundo até 30/06/2015;
- não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos após 01/07/2015 até ao momento de resgate.

#### Indicador Sintético de Risco



O indicador sintético de risco e de remuneração do IFI obtém-se mediante o cálculo da volatilidade histórica dos últimos cinco anos. Para o cálculo da volatilidade considera-se a informação relativa à rentabilidade histórica numa base mensal.

Os dados históricos podem não constituir uma indicação fiável do perfil de risco futuro do Fundo; Para o cálculo da volatilidade considerar-se-ia a informação relativa à rentabilidade histórica numa base mensal. A categoria de risco acima indicada não é garantida e pode variar ao longo do tempo; A categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco; O Fundo não tem capital ou rendimento Garantido

A classificação do Fundo com indicador 1 reflete o facto de estar investido principalmente em Instrumentos do Mercado Monetário e estes estarem sujeitas a variações de preço.

## CAPÍTULO IV

### PERFIL DO INVESTIDOR A QUE SE DIRIGE O ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLETIVO

Sendo de risco baixo, o OIC adequa-se a Clientes mais conservadores que tenham grande aversão ao risco e/ou necessidades de liquidez a curto prazo. O prazo de investimento aconselhado é de 90 dias.

## **CAPÍTULO V**

### **REGIME FISCAL**

#### **1. Tributação na esfera do OIC**

- **Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”)**

O OIC é tributado, à taxa geral de IRC, sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

As mais-valias dos ativos adquiridos antes de 1 de julho de 2015 são tributadas nos termos do regime em vigor até 30 de junho de 2015, considerando-se, para este efeito, como valor de realização, o valor de mercado a 30 de junho de 2015.

O OIC está, ainda, sujeito às taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal.

Adicionalmente, pode deduzir os prejuízos fiscais apurados aos lucros tributáveis, caso os haja, de um ou mais dos 5 períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

- **Imposto do Selo**

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC, à taxa de 0,0025%.

#### **2. Tributação dos participantes**

No que diz respeito à tributação dos participantes, o regime fiscal aplicável assenta numa lógica de “tributação à saída”.

A tributação, ao abrigo do novo regime, incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir de 1 de julho de 2015. Assim, a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa da Unidade de Participação é dada pela diferença entre o valor de alienação/resgate e o valor de aquisição/subscrição da UP, exceto quando as UP adquiridas/subscritas antes de 1 de julho de 2015, em que a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa da UP, é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor da UP que reflita os preços de mercado de 30 de junho de 2015 ou o valor de aquisição/subscrição, caso este tenha sido superior.

##### **2.1. Pessoas singulares**

- **Residentes**

**Rendimentos obtidos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola**

Os rendimentos distribuídos pelo OIC e os rendimentos obtidos com o resgate de UP e que consistam numa mais-valia estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, podendo o participante optar pelo seu englobamento.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de UP estão sujeitos a tributação autónoma, à taxa de 28%, sobre a diferença positiva entre as mais e as menos valias do período de tributação, podendo o participante optar pelo respetivo englobamento.

**Rendimentos obtidos no âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola**

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, tendo a retenção na fonte a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Os rendimentos obtidos com o resgate ou com a transmissão onerosa de UP concorrem para o lucro tributável, aplicando-se as regras gerais dos Códigos de IRC e de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“IRS”).

- **Não residentes**

Os rendimentos obtidos estão isentos de IRS.

Quando os titulares pessoas singulares sejam residentes em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria de membro de Governo responsável pela

área das finanças, os rendimentos distribuídos ou decorrentes do resgate de UP são sujeitos a tributação, por retenção na fonte, a título definitivo à taxa de 35%. Quando os rendimentos sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, caso em que, exceto quando seja identificado o beneficiário efetivo, os rendimentos são tributados, por retenção na fonte a título definitivo à taxa de 35%.

Tratando-se de rendimentos decorrentes da transmissão onerosa da UP de unidades de participação, os mesmos são tributados autonomamente à taxa de 28%.

## 2.2. Pessoas coletivas

- **Residentes**

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 25%, tendo o imposto retido a natureza de imposto por conta.

Por outro lado, os rendimentos obtidos com o resgate ou a transmissão onerosa da UP concorrem para o apuramento do lucro tributável, nos termos do Código do IRC.

Os rendimentos obtidos por pessoas coletivas isentas de IRC estão isentos de IRC, exceto quando auferidos por pessoas coletivas que beneficiem de isenção parcial e respeitem a rendimentos de capitais, caso em que os rendimentos distribuídos são sujeitos a retenção na fonte, com carácter definitivo, à taxa de 25%.

- **Não residentes**

Os rendimentos obtidos com as UP são isentos de IRC.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria de membro de Governo responsável pela área das finanças, os rendimentos distribuídos ou decorrentes do resgate de UP são sujeitos a tributação, por retenção na fonte, a título definitivo, à taxa de 35%.

Quando os rendimentos sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, caso em que, exceto quando seja identificado o beneficiário efetivo, os rendimentos são tributados, por retenção na fonte a título definitivo à taxa de 35%.

Tratando-se de rendimentos decorrentes da transmissão onerosa de unidades de participação, os mesmos são tributados autonomamente à taxa de 25%.

Quando se tratem de titulares pessoas coletivas não residentes que sejam detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25% por entidades ou pessoas singulares residentes em território nacional, exceto quando essa entidade seja residente noutro Estado membro da União Europeia, num Estado membro do Espaço Económico Europeu que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia, ou num Estado com o qual tenha sido celebrado e vigore convenção para evitar a dupla tributação que preveja a troca de informações, os rendimentos decorrentes das unidades de participação estão sujeitos a tributação, por retenção na fonte, à taxa de 25%.

### Nota:

A descrição, acima efetuada, do regime fiscal na esfera do OIC e dos seus participantes, não dispensa a consulta da legislação em vigor sobre a matéria nem constitui garantia de que tal informação se mantenha inalterada

**Anexo 1**
**Agentes da Caixa Central**

As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, abaixo discriminadas, atuam na comercialização do OIC por conta e sob orientação da CAIXA CENTRAL, enquanto seus Agentes:

CCAM AÇORES	CCAM LOURES, SINTRA E LITORAL
CCAM ALBERGARIA E SEVER	CCAM LOURINHÃ
CCAM ALBUFEIRA	CCAM MÉDIO AVE
CCAM ALCÁCER DO SAL E MONTEMOR-O-NOVO	CCAM MOGADOURO E VIMIOSO
CCAM ALCANHÕES	CCAM MORAVIS
CCAM ALCOBAÇA	CCAM NORDESTE ALENTEJANO
CCAM ALENQUER	CCAM NOROESTE
CCAM ALGARVE	CCAM NORTE ALENTEJANO
CCAM ALJUSTREL E ALMODÔVAR	CCAM OLIVEIRA DE AZEMÉIS E ESTARREJA
CCAM ALENTEJO CENTRAL	CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO
CCAM ALTO CÁVADO E BASTO	CCAM OLIVEIRA DO HOSPITAL
CCAM ANADIA	CCAM PAREDES
CCAM ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	CCAM PERNES
CCAM AROUCA	CCAM POMBAL
CCAM ARRUDA DOS VINHOS	CCAM PORTO DE MÓS
CCAM AZAMBUJA	CCAM PÓVOA DE VARZIM VILA DO CONDE E ESPOSENDE
CCAM BAIRRADA E AGUIEIRA	CCAM REGIÃO DE BRAGANÇA E ALTO DOURO
CCAM BAIXO MONDEGO	CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL
CCAM BAIXO VOUGA	CCAM RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL
CCAM BATALHA	CCAM RIBATEJO SUL
CCAM BEIRA BAIXA (SUL)	CCAM SÃO BARTOLOMEU DE MESSINES E S. MARCOS DA SERRA
CCAM BEIRA CENTRO	CCAM SÃO TEOTÓNIO
CCAM BEIRA DOURO	CCAM SALVATERRA DE MAGOS
CCAM BEJA E MÉRTOLA	CCAM SERRA DA ESTRELA
CCAM BORBA	CCAM SERRAS DE ANSIÃO
CCAM CADAVAL	CCAM SILVES
CCAM CALDAS DA RAINHA ÓBIDOS E PENICHE	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO
CCAM CANTANHEDE E MIRA	CCAM SOTAVENTO ALGARVIO
CCAM CARTAXO	CCAM SOUSEL
CCAM COIMBRA	CCAM TERRA QUENTE
CCAM CORUCHE	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO
CCAM COSTA AZUL	CCAM TERRAS DE VIRIATO
CCAM COSTA VERDE	CCAM TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA
CCAM DOURO E CÔA	CCAM VAGOS
CCAM DOURO, CORGO E TÂMEGA	CCAM VALE DE CAMBRA
CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR	CCAM VALE DO DÃO E ALTO VOUGA
CCAM ENTRE TEJO E SADO	CCAM VALE DO SOUSA E BAIXO TÂMEGA
CCAM ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES	CCAM VALE DO TÁVORA E DOURO
CCAM FERREIRA DO ALENTEJO	CCAM VILA FRANCA DE XIRA
CCAM GUADIANA INTERIOR	CCAM VILA VERDE E TERRAS DO BOURO
CCAM LAFÕES	CCAM ZONA DO PINHAL

**Anexo 2**
**OICs geridos pela entidade responsável pela gestão a 31 de dezembro de 2017**

Denominação	Tipo	Política de Investimento	VLGF em EUR (milhares)	Nº Participantes	
CA Monetário	Mercado Monetário	Investe no mínimo 85% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários, instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses.	107.473	6.962	
CA Rendimento	Obrigações	Investe um mínimo de 80% do seu valor global líquido em valores mobiliários representativos de dívida de taxa variável e um máximo de 30% do seu valor líquido global em valores mobiliários de taxa fixa com prazo de vencimento residual superior a 12 meses.	316.101	14.012	
IMGA Ações Portugal	Ações	Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações predominantemente de empresas nacionais cotadas na Euronext Lisboa e de alguns países da UE.	28.091	3.873	
IMGA Iberia Equities		Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações predominantemente de empresas cotadas nos mercados regulamentados em Portugal e Espanha ou, se cotadas noutro mercado regulamentado, com gestão ou fontes de receitas relevantes nestes dois mercados.	2.184	68	
IMGA Ações Europa		Investe, em regra um mínimo de 90%, em ações e outros valores mobiliários nelas convertíveis ou que tenham inerentes o direito à sua subscrição ou atribuição a qualquer título, cotados ou em vias de serem admitidos à negociação nos mercados de cotações oficiais da União Europeia, Suíça ou Noruega e emitidos nestes países.	9.833	354	
IMGA Eurocarteira		Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações de empresas cotadas nos mercados regulamentados da UE, Noruega e Suíça.	31.535	3.391	
IMGA EuroFinanças		Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações predominantemente de empresas cuja atividade principal consiste na prestação de serviços financeiros cotadas nos mercados regulamentados dos países da UE.	18.839	3.022	
IMGA Ações América		Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações predominantemente cotadas nos mercados Norte Americano.	7.270	1.107	
IMGA Global Equities Selection		Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações predominantemente de empresas cotadas nos mercados regulamentados nos países da UE e OCDE.	11.680	1.092	
IMGA Mercados Emergentes		Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações de empresas de países vulgarmente designados por "emergentes" e "em vias de desenvolvimento".	2.840	489	
IMGA Poupança PPR		Poupança Reforma	Investe maioritariamente em obrigações e um máximo de 35% em ações.	381.711	15.498
IMGA Investimento PPR Ações			Investe maioritariamente em obrigações e um máximo de 55% em ações.	19.031	2.506
IMGA Flexível	Flexíveis	Investe em ações, obrigações, certificados e outros instrumentos de mercado monetário, ETF's, Unidades de participação de outros Fundos, depósitos bancários, instrumentos financeiros derivados. podendo o peso de qualquer dos tipos de instrumentos financeiros acima referidos variar sem limites mínimos e máximos por classes de activos.	12.209	828	
IMGA Dedicado Acumulação		Investe em ações, obrigações, certificados, ETF's, Unidades de participação de outros Fundos, depósitos bancários, instrumentos financeiros derivados activos cotados nos mercados da OCDE com excepção dos títulos representativos de OIC e depósitos bancários.	1.307	43	
IMGA Dedicado Valorização			398	16	
IMGA Extra Tesouraria III	Alternativo	Investe exclusivamente em depósitos bancários e instrumentos do mercado monetário.	334.087	13.625	
IMGA Alternativo	Alternativo Flexível	Estratégia de investimento multi-activo, com base numa repartição flexível do investimento entre ações, obrigações, mercadorias e instrumentos do mercado monetário. O Fundo pode estar investido entre 0% e 100% em qualquer tipo de instrumentos financeiros referidos anteriormente.	2.636	243	
IMGA Liquidez	Outros Fundos de Investimento Mobiliário Abertos	Investe exclusivamente em instrumentos financeiros de baixa volatilidade e de curto prazo.	117.822	4.059	
CA Curto Prazo		Investe um mínimo de 50% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários, com uma maturidade residual média ponderada igual ou inferior a 12 meses.	28.370	1.800	
IMGA Hight Yield Bond Selection		Investe maioritariamente o seu património em obrigações de taxa variável ou fixa, garantidas por créditos, seniores, subordinadas, sem limite de prazo de vencimento, ou outros instrumentos de dívida de natureza equivalente. Não investe em ações ordinárias ou em valores mobiliários nelas convertíveis.	23.906	1.159	
IMGA Prestige Global Bond		Investe em obrigações com uma alocação mínima de 15% e máxima de 95%, complementado com depósitos e instrumentos do mercado monetário.	11.412	475	
IMGA Rendimento Semestral		Investe maioritariamente o seu património em obrigações, emitidas por entidades privadas ou emitidas/garantidas por entidades públicas ou organismos internacionais. Não investe em ações ordinárias.	35.056	1.618	
IMGA Euro Taxa Variável		Investe maioritariamente em obrigações de taxa variável e no máximo 25% do seu valor líquido global em obrigações de taxa fixa.	142.552	13.140	
IMGA Global Bond Selection		Investe maioritariamente o seu património, em obrigações, das quais, no mínimo 50% são de taxa fixa.	3.018	377	
IMGA Iberia Fixed Income		Investe predominantemente os seus ativos em títulos de dívida e instrumentos de mercado monetário de emitentes privados e públicos sediados em Portugal e Espanha.	3.085	97	
IMGA Prestige Conservador		Investe no máximo 80% obrigações de taxa fixa e 35% em ações.	461.153	20.706	
IMGA Prestige Moderado		Investe no máximo 70% obrigações de taxa fixa e 66% em ações.	99.750	5.409	
IMGA Prestige Valorização	Investe no máximo 100% em ações e 60% em obrigações de taxa fixa.	39.947	3.757		
<b>Total de Fundos</b>	<b>28</b>		<b>2.253.296</b>		

